

## SAÚDE

## Procedimento contra soluço

Bolsonaro será submetido a um bloqueio do nervo frênico esquerdo após apresentar uma crise persistente de espasmos

Pablo Porciuncula/AFP



Procedimento de radiointervenção será realizado por punção com anestesia no nervo frênico, responsável pelo controle do diafragma

O ex-presidente Jair Bolsonaro passará, nesta segunda-feira, por um novo procedimento para tratar uma crise persistente de soluços. Após já ter sido submetido a um bloqueio anestésico do nervo frênico do lado direito, ele agora terá o procedimento realizado no lado esquerdo do corpo. O nervo, localizado na região da coluna cervical, controla o diafragma e está diretamente ligado aos espasmos que provocam o soluço.

O bloqueio anestésico do nervo frênico consiste na aplicação de anestésico local ao redor do nervo para interromper temporariamente sua função, com o objetivo de cessar crises de soluços persistentes ou de difícil controle.

O procedimento de rádio intervenção é feito por punção com anestesia, sem necessidade de incisões, cortes ou pontos. O médico responsável, Mateus Saldanha, radiologista intervencionista, realizará uma ultrassom para localizar com precisão o nervo na região cervical.

Bolsonaro deve ser sedado para a realização do procedimento. "Primeiramente você faz de um lado, depois você faz do outro lado para ver como vai ser a resposta, porque a gente sabe que é multifatorial a questão de solução. Então essa é uma opção para que a gente possa observar", afirmou Saldanha.

Embora seja considerado seguro quando guiado por imagens, o bloqueio do nervo frênico pode provocar dificuldade respiratória, pois o diafragma, principal músculo da respiração, fica

temporariamente paralisado, podendo causar falta de ar. A duração do efeito varia de algumas horas a alguns dias, dependendo do tipo de anestésico utilizado pela equipe médica do ex-presidente.

## Nova crise

Ontem, Bolsonaro voltou a apresentar uma crise de soluços. Segundo o boletim divulgado no fim da tarde, ele também

registrou elevação da pressão arterial entre a noite de sábado e a madrugada de domingo, mesmo após o bloqueio do nervo frênico do lado direito.

Até a última atualização, o

ex-presidente permanecia estável e sem soluços. Hoje, além de passar pelo procedimento no lado esquerdo, ele seguirá com sessões de fisioterapia, medidas preventivas contra trombose venosa e avaliação dos efeitos do bloqueio anestésico.

Ainda ontem, o senador, pré-candidato à Presidência, e filho do ex-presidente, Flávio Bolsonaro (PL-RJ), divulgou nas redes sociais um vídeo de Jair Bolsonaro em que ele pedia a Deus que não deixasse sua filha órfã durante o período em que esteve hospitalizado, após o atentado a faca em Juiz de Fora (MG).

No vídeo, Bolsonaro relembra a internação e afirma que, naquele momento, seu principal pedido era pela filha mais nova. "No momento mais difícil da minha vida, eu só pedia que Deus não deixasse órfã a minha filha de sete anos. O resto, com amigos, com brasileiros de verdade e com Deus no coração, nós superaremos os obstáculos", disse.

Na publicação, Flávio agradeceu as manifestações de apoio recebidas pelo pai e afirmou acompanhar as mensagens enviadas por apoiadores ao ex-presidente. "Obrigado por cada mensagem de amor, carinho e esperança que vocês deixam aqui. Saibam que estou acompanhando todas e faço questão de levar cada uma delas ao melhor presidente que este Brasil já teve", escreveu.

## TRAMA GOLPISTA

## Presidente do Voto Legal está foragido

Reprodução/Redes Sociais



Rocha integra o grupo de dez condenados à prisão domiciliar

O presidente do Instituto Voto Legal, Carlos César Moretzsohn Rocha, permanece foragido após ter sido condenado à prisão domiciliar pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), no âmbito dos julgamentos que apuram a tentativa de golpe de Estado. Ele integra a lista de 10 réus que receberam a mesma punição, mas, até o momento, não se apresentou para o cumprimento da decisão judicial.

Procurado pelo *Correio*, o advogado de Carlos, Melillo Dinis do Nascimento, informou, por meio de nota, que tentou contato telefônico com o cliente, sem sucesso. Segundo a defesa, as ligações não foram atendidas e não houve retorno até a publicação desta reportagem.

"Informamos o fato à agente da Polícia Federal, Francisca Maria Bonifácio Medeiros (DICINT/DIP/PF). Nada mais a declarar", citou o advogado brevemente ao ser

questionado. Na nota, ele acrescenta que a decisão da Primeira Turma do STF na Ação Penal nº 2.694 ainda aguarda publicação oficial, o que, segundo a defesa, abre a possibilidade de interposição de recurso.

O escritório também afirma que não havia sido formalmente comunicado pela Polícia Federal sobre o mandado de prisão domiciliar nem sobre outras medidas cautelares até a manhã de sábado, quando tiveram início as operações nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Paraná, Goiás, Bahia, Tocantins e no Distrito Federal.

Por outro lado, informações divulgadas pela Polícia Federal indicam que, durante o cumprimento do mandado de prisão, funcionários do prédio onde Carlos residia, em São Paulo, informaram que ele teria se mudado do local há alguns meses. Diante disso, as autoridades passaram a considerá-lo foragido.

Carlos Rocha foi condenado

pela Primeira Turma do Supremo a sete anos e seis meses de prisão, em outubro deste ano. Ele integra o chamado núcleo 4 do processo que investiga a tentativa de golpe

de Estado após as eleições de 2022. Ao *Correio*, o advogado criminalista e especialista em Direito Penal, Roberto Parentoni, explicou que, de modo geral, quando

um condenado não é localizado no endereço informado à Justiça, isso pode ser interpretado como descumprimento de obrigação judicial, que pode acarretar adição de medidas mais rigorosas por meio da lei.

"A condição de foragido tende a produzir reflexos negativos na execução penal, dificultando a concessão de benefícios futuros, como progressão de regime ou medidas alternativas, pois revela resistência ao cumprimento da decisão judicial. Evidentemente, cada caso deve ser analisado à luz dos autos, mas a evasão, quando caracterizada, costuma agravar o cenário jurídico do condenado", pontuou o especialista.

## Evasão

Rocha faz parte do grupo de 10 condenados à prisão domiciliar com tornozeleira eletrônica no âmbito dos processos que investigam

a chamada trama golpista. A medida, determinada pelo ministro Alexandre de Moraes no último sábado, visa evitar novas fugas e garantir o cumprimento das penas impostas pelo Supremo Tribunal Federal, em meio à execução das decisões já em curso.

A decisão foi motivada, em parte, pela prisão do ex-diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal, Silvanei Vasques, no Paraguai, após romper a tornozeleira eletrônica e tentar deixar o país com passaporte falso.

Moraes destacou que há um "padrão de condutas indicativo de fuga" e determinou medidas cautelares como uso obrigatório de tornozeleira, entrega de passaportes, proibição de contato entre condenados, voto às redes sociais e suspensão do porte de armas, para assegurar a eficácia das decisões e evitar novas tentativas de obstrução da Justiça. (WL)



ROBERTO BRANT

O PANO DE FUNDO PARA TUDO ISSO É A SITUAÇÃO DE INGOVERNABILIDADE EM QUE ESTAMOS VIVENDO, PROVOCADA PELO MAU FUNCIONAMENTO DOS PODERES DO ESTADO

## Além de um par de chinelos

Parece que, quanto mais difíceis e intratáveis são os problemas em que o país está enredado, mais fúteis são os temas das discussões políticas que se travam nas redes sociais. A menos de um ano das eleições que vão escolher os novos dirigentes do Brasil, em meio a uma sucessão de escândalos, cuja verdadeira extensão não está sendo ocultada, grande parte dos brasileiros está polarizada por causa de uma propaganda que sugere que entremos no Ano Novo com os dois pés, em vez do tradicional pé direito.

Proliferam teorias conspiratórias, pregam-se boicotes aos chinelos, as ações da companhia oscilam na bolsa e, daí para a

frente, vamos ter que cunhar sinônimos para este inocente par de palavras, se quisermos evitar polêmicas ou lacração. Por mais idiotas que sejam esses ambientes digitais, é aí que se formam opiniões e se elegem muitos políticos.

Para além dos chinelos, no entanto, os brasileiros precisam discutir seus problemas a sério. No ponto a que chegamos, não basta falar de planos de gestão, pois teremos que enfrentar questões estruturais que demandam entendimento claro e formação de consensos amplos e informados.

A economia do país cresce, mas a um ritmo muito lento para, em um horizonte razoável,

nos livrar da chamada armadilha da renda média e nos tirar da condição de país emergente. Crescendo entre 2% e 3% ao ano, vamos demorar muitos anos para nos equiparar a um país como Portugal, o que ainda não seria grande coisa. Somos ricos em recursos, e nossa pobreza relativa é um enigma para quem nos observa de fora.

O pano de fundo para tudo isso é a situação de ingovernabilidade em que estamos vivendo, provocada pelo mau funcionamento dos Poderes do Estado. O Poder Executivo está cada dia mais impotente, em parte pelas restrições fiscais, em parte pela invasão do Legislativo e do

Judiciário sobre as competências administrativas do governo. Nosso sistema eleitoral não permite a formação de maiorias legislativas orgânicas para apoiar as políticas de governo.

Qualquer governo, independentemente de sua orientação, precisa barganhar espaços administrativos, políticas públicas e recursos do orçamento para simplesmente manter-se no poder. Nossas eleições não produzem governos; produzem embates políticos em que o interesse público fica em último lugar.

Sem falar que este regime neoliberal cria um ambiente propício para a corrupção e a advocacia de interesses privados, nódulos que marcam cada vez mais as sucessivas legislaturas.

Nossa Constituição foi escrita

sob a memória ainda recente dos governos militares. Para limitar o Poder Executivo, agora civil e eleito pela população, ela empoderou excessivamente as instituições de controle, entre elas, principalmente, o Judiciário. Hoje, nosso Judiciário, além de limitar o Executivo, tornou-se ele próprio uma nova instância de poder administrativo, invadindo a esfera de ação reservada aos corpos eleitivos e à política.

O governo dos juízes, em qualquer tempo e lugar, é sempre um poder autoritário e sem responsabilização, porque eles não aceitam ser julgados por ninguém, mesmo quando se encontram sob fundadas suspeitas de desvios morais. O presidente da Suprema Corte americana, John Roberts, disse sobre o Judiciário que "não possuímos nem o conhecimento nem as prerrogativas de julgar políticas. Estas decisões estão confiadas aos eleitos da nação. Não é nossa função proteger a população das consequências de suas escolhas políticas." Esta é uma lição que precisamos aprender.

Nosso país não pode ser governado desta forma, e quem pretende nos governar não pode ignorar este fato ou silenciar sobre ele. Nenhum governo exercerá plenamente suas funções se não puder concluir uma repartição institucional que separe efetivamente os Poderes da República e crie meios de assegurar sua interdependência e responsabilização, sem privar o país de um governo democrático.

Grandes crises podem gerar grandes soluções. Quem sabe o Mastervirus tenha vindo para nos abrir esta oportunidade!